



Câmara Municipal de São Sebastião

Litoral Norte - São Paulo

PROJETO DE LEI

Nº. 1/2020

Dispõe sobre denominação de praça pública localizada no Bairro de São Francisco.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º- Passa a denominar-se "PRAÇA ÁUREO REGO", a praça pública, conhecida como "Praça dos Pescadores" localizada no Bairro de São Francisco, neste Município.

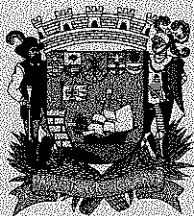
Art.2º - A Prefeitura Municipal, através do setor responsável, deverá providenciar o emplacamento da Praça, conforme acima descrito.

Art.3 º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário da Câmara Municipal, Sala Vereador Zino Militão dos Santos, 03 de fevereiro de 2020.

Autor

Onofre Santos Neto
Neto
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 01 / 20 20

Entrado em 03 / 02 / 20

Arquivado em / /

Vr. Onofre Santos Neto

ASSUNTO:

"Dispõe sobre denomina-
ção de praça pública locali-
zada no bairro São Francisco"

DISTRIBUIÇÃO:

Aprovado

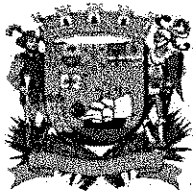
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

DA-01

ASSUNTO:

A Procur.	RECEBI em 08/05/2020
para análise e parecer	AO DIRETOR PARLAMENTAR
05/02/20	SEU PARECER em 03
	(TRÊS) LAMINAS IMPRESSAS
	NO ANVERSO.
	ENCAMINTE-SE AS
	COMISSÕES PERTINENTES PARA
	EMIÇÃO DE SEUS PARECERES,
	NOS TERMOS DO REGIMENTO
	INTERNO.
	SS. 11/05/2020
A dia seguinte para	
parecer após remeter o	
autos para a Parlamentar	
dia 06/02/2020.	
Câmara Municipal de São Sebastião	Dr. Janaina Furlanetti
Nicanor Anselmo do Rego Junior	Advogada
Procurador da Câmara Municipal	OAB/SP 237561-D
	Matrícula 773
RECEBI em 10/02/2020.	
AO DIRETOR LEGISLATIVO,	
PARA QUE COMUNIQUE	
AO NOBRE VEREADOR PARA	
QUE UMPRA O ART. 23	
DO REGIMENTO INTERNO,	
NO SENTIDO DE INSTRUIR	
A PROPOSITURA COM	
ABAIXO - ASSINADO DOS	
MUNICIPAIS RESIDENTES	
NO LOCAL.	
APÓS TORNAR A	
PROCURADORIA	
SS. 14/02/2020.	

Dr. Janaina Furlanetti
Advogada
OAB/SP 237561-D
Matrícula 773



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

14.01

PROJETO DE LEI Nº. 01/2020

"Dispõe sobre denominação de praça pública localizada no bairro de São Francisco."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art.1º- Passa a denominar-se **"PRAÇA ÁUREO REGO"**, a praça pública, conhecida como "Praça dos Pescadores" localizada no Bairro de São Francisco, neste Município.

Art.2º - A Prefeitura Municipal, através do setor responsável, deverá providenciar o emplacamento da Praça, conforme acima descrito.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário da Câmara Municipal, Sala Vereador Zino Militão dos Santos, 03 de fevereiro de 2020.

Onofre Santos Neto

"NETO"

VEREADOR

À COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO
E REDAÇÃO
Para o parecer
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS
19 / 05 / 2020

PRESIDENTE

PROC. _____
FOLHA: 01 verso
ASS. _____

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS. *o parecer*
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS
09 / 06 / 2020

PRESIDENTE

A pauta da ordem do dia da próxima sessão
Em 09/06/2020
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

PRESIDENTE

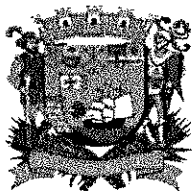
APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS. *o projeto*

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS
23 / 06 / 20

PRESIDENTE

A SANÇÃO
Em 23/06/20
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

5/5 02
N

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo homenagear um caçara honrado e digno de tal homenagem, que, formou uma linda família, além de ter feito ao longo de sua vida muitos amigos, deixando uma história e muitas saudades na cidade.

Áureo Rego nascido em 21 de junho de 1929, caçara do Bairro de São Francisco em São Sebastião/SP, filho de Benedito Pedro do Rego e Maria Cândida Macedo do Rego. Teve oito irmãos; Aurora, Adelina, Armindo, Antonina, Áurea, Arnaldo, Alcinda e Márcia.

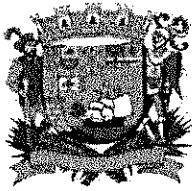
Casou-se com Olga Ferreira, também caçara, tiveram quatro filhos; Celso, Sílvia, Olga Maria, e Áureo Antônio.

Em sua juventude trabalhou em uma gráfica em São Paulo, além de uma padaria no Bairro de São Francisco, na década de 50 ingressou na Companhia Departamento de Estrada e Rodagem – DER – onde se aposentou.

Todos os dias bem cedinho, ele e seus companheiros de trabalho aguardavam o transporte do DER na querida e acolhedora Praça dos Pescadores no Bairro de São Francisco, onde dividiam tudo, dores, lutas, confidências e alegrias, faziam parte da história viva dessa "pracinha".

No encontro diário era presença garantida de Áureo Rego, Chimango, Geraldo, Cirino e muitos outros que passavam por lá a passeio e a trabalho.

Passaram décadas e a pracinha permanecia como ponto de encontro das grandes figuras (Áureo Rego (in memoriam), Nicanor (in memoriam), Geraldo (in memoriam), Dito Alemão (in memoriam), Pedro Moreira, Pampo, Nestor e Jaime, para reuniões, prosas, estórias e histórias, lembranças e memórias, histórias do bairro São Francisco, pescas, Sítio Arqueológico, escravos, chegada dos Freis Franciscanos, convivência com religiosos, congadas, festas de São Pedro, Festas da Padroeira Nossa Senhora do Amparo, jogos de futebol amador da "várzea", jogos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

14/03

de futebol no Campo do Sete de Setembro, bailes das festas tradicionais do bairro de São Francisco.

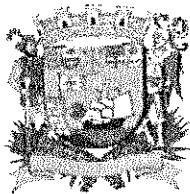
Enfim, agora fica somente a eterna saudades e as maravilhosas memórias de ÁUREO REGO na pracinha dos Pescadores do São Francisco.

Portanto dado ao alcance de tal homenagem no presente projeto, conto com o apoio unânime dos nobres pares para aprovação.

*21 de junho de 1.929
+ 03 de janeiro de 2020.

**Plenário da Câmara Municipal, Sala Vereador Zino Militão dos Santos,
03 de fevereiro de 2020.**

Onofre Santos Neto
"NETO"
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

SERVE O PRESENTE ABAIXO ASSINADO PARA APOIAR O PROJETO DE LEI QUE DISPÕE A DENOMINAÇÃO DA PRAÇA DOS PESCADORES PARA O NOME "PRAÇA ÁUREO REGO", LOCALIZADA NO BAIRRO DE SÃO FRANCISCO.

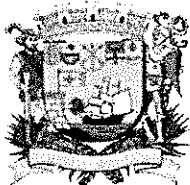
NOME	DOCUMENTO	ASSINATURA
LUÍZ CARLOS DA CRUZ FILHO	RG 23347733-0	
RAFAELA CRISTINA CUSTÓDIO DA CRUZ	RG 32420141-2	Rafaela Custódio da Cruz
Seônio Ricardo Custódio	RG 6.518.959.1	Seônio
Aurea M ^{te} de N. Custódio		Aurea
AUREO ANT. REGO	RG 13.625.942.6	Aureo
Luciene Maria Rodrigues Rego	RG-M-5-532.013	Luciene Rego
OLGAMARIA REGO GUIMARÃES	RG 11 244.437-0	Olgamaria
GOBRIAL REGO GUIMARÃES	RG 43.745.337.6	Gobrial
Samira Patrícia dos Santos	RG 47806213 B	Samira
FABIO GREGZ G.	RG 9713040-0	Fabio
Fabiana Rego Garcez Guimarães	RG 47776370-4	Fabiana
GIOVANI MEDEIROS VICENTE	CPF 345031948-5	Giovani
BERENICE MEDEIROS OLIVEIRA	CPF 028600728-29	Berenice
CELSO BENEDITO REGO	CPF 728594718-2	Celso
Mariana Gallardo	RG 6.658.273.7	Mariana
Floral de C. Galla	RG 13.360.033.8	Floral
Maria Ap. Costa Conceição	RG 16249189-X	Maria
Luiz ap. Costa Silva	RG 21.642.354-5	Luiz
José milo da Silva	RG 13.881.982-8	Jose
Luiz Fernando Costa	RG 48.524.884-0	Luiz
Victor Costa Silva	RG 91015683-8	Victor
Juliane Moreira da Silva	RG 47800-255-5	Juliane



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

[illegible]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC..	_____
FOLHA:	06
ASS..	WJ

PROCURADORIA

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 01/2020 – “Dispõe sobre denominação de praça pública localizada no bairro São Francisco”.

Ao Exame.

Cuida-se o projeto de lei de autoria parlamentar do n. Vereador Onofre Santos Neto, tendo como objetivo denominar como “**Praça Áureo Rego**” a praça pública conhecida como Praça dos Pescadores, localizada no bairro de São Francisco, neste município.

O autor do projeto apresentou justificativa às fls. 02/03, em que consta a informação de que o homenageado faleceu em janeiro de 2020.

O Projeto de Lei está instruído com abaixo-assinado acostado às fls. 04/05, em atendimento ao disposto no art. 213 do Regimento Interno da Câmara.

Quanto à competência legiferante do Município, o Projeto de Lei está amparado pelo art. 7º, I da LOM, e art. 30, I da Constituição da República, tratando de matéria de interesse local, não conflitando com a competência privativa da União ou dos Estados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC.	_____
FOLHA:	07
ASS.	_____

A iniciativa parlamentar está correta, tratando-se de competência concorrente.

Infere-se da leitura do Projeto de Lei, que a matéria nele tratada, são se insere no campo da competência exclusiva do Chefe do Executivo, que são aquelas disciplinadas no art. 41 da Lei Orgânica do Município e art. 138, §2º, do Regimento Interno da Câmara.

Nesse sentido é o atual posicionamento dos tribunais:

Classe/Assunto: Direta de Inconstitucionalidade / Atos Administrativos

Relator(a): Ferreira Rodrigues

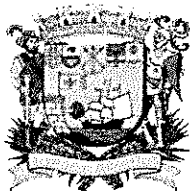
Comarca: São Paulo

Órgão julgador: Órgão Especial

Data do julgamento: 14/08/2019

Data de publicação: 27/08/2019

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. **Denominação** de vias e logradouros. Leis 1.972, de 18 de junho de 2018, 1.976, de 20 de julho de 2018; e 1.978, de 21 de agosto de 2018, todas de **iniciativa** parlamentar, do Município de São Bento do Sapucaí, que dispõem sobre **denominações** de **Praças**, bem como de vias no Bairro do Paiol Grande, naquela cidade. ALEGAÇÃO DE **VÍCIO DE INICIATIVA**. Rejeição. Supremo Tribunal Federal que, no julgamento do Recurso Especial nº 878.911/RJ, sob rito da repercussão geral, reafirmou a jurisprudência daquela Corte "no sentido de que não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos" (Tema 917). ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO. Rejeição. Lei impugnada, no caso, que não interfere em atos de gestão administrativa. Precedentes deste C. Órgão Especial. Supremo Tribunal Federal, ademais, que já decidiu que "a matéria referente à '**denominação** de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações' não pode ser limitada tão somente à questão de 'atos de gestão do Executivo', pois, no exercício dessa competência, o Poder Legislativo local poderá realizar homenagens cívicas, bem como colaborar na concretização da memorização da história e da proteção do patrimônio cultural imaterial do Município" (RE nº 1.151.237/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, monocrática, j. 09/02/2019). Ação julgada improcedente. =



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC..	_____
FOLHA:	08
ASS..	MA

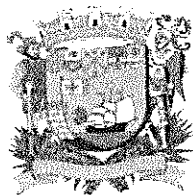
Face ao exposto, opina-se pela constitucionalidade do projeto de lei, eis que não detectado vício de iniciativa ou violação ao princípio da separação de poderes.

Encaminhe-se à consideração superior das Comissões pertinentes para emissão de parecer.

São Sebastião, 11 de maio de 2020.

JANAÍNA FURLANETTO

Procuradora da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC. _____
FOLHA: 09
ASS. _____

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº. 01/2020.

De autoria do vereador Onofre Santos Neto, que pretende autorização legislativa para apreciar e deliberar sobre o projeto em tela, que "Dispõe sobre denominação de praça pública localizada no bairro São Francisco".

O presente projeto tem como objetivo denominar como "Praça Áureo Rego" a praça pública conhecida como "Praça dos Pescadores", localizada no bairro de São Francisco, neste município.

De acordo com o parecer jurídico desta Casa de Leis o projeto acima citado encontra-se formalmente legal e constitucional, conforme artigo 7º, I da Lei Orgânica do Município e artigo 30, I, da Constituição Federal.

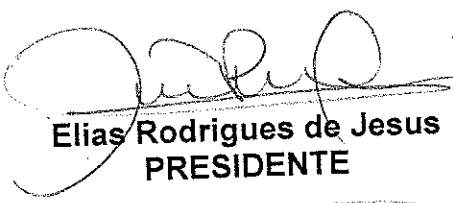
Por fim, essa Comissão após análise e de acordo com o parecer jurídico dessa Casa de Leis, resolveu apresentar parecer favorável à aprovação do referido projeto, podendo prosseguir e ser votado pelo Plenário desta Edilidade, uma vez que a matéria está de acordo com a legislação vigente, não contendo vícios de ilegalidades ou inconstitucionalidades.

É o parecer.

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DE VOTOS.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2020.

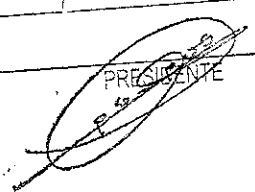
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS
09/06/2020

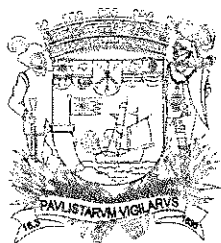

Elias Rodrigues de Jesus
PRESIDENTE


Pedro Renato da Silva
SECRETÁRIO


José Reis de Jesus Silva
MEMBRO

À COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO
E REDAÇÃO
Para o parecer
SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS


PRESIDENTE



Câmara Municipal de São Sebastião

Litoral Norte - São Paulo

Ofício nº. 85/2020

PROC..	_____
FOLHA:	40
ASS..	<i>[assinatura]</i>

São Sebastião, 23 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

*Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópias dos **Projetos de Leis nº. 01 e 10/2020** de autoria do vereador Onofre Santos Neto, aprovado por unanimidade de votos em sessão ordinária realizada no dia 23 de junho p.p., para devida sanção.*

Atenciosamente,

[assinatura]
Edivaldo Pereira Campos

"Teimoso"

PRESIDENTE

À Sua Excelência

FELIPE AUGUSTO

Prefeito Municipal de

São Sebastião/SP

PREF. MUN. SÃO SEBASTIÃO
GABINETE DO PREFEITO
PROTÓCOLO
Nº 12.203/2020
DATA 24.06.2020
13.49 HS
VISTO <i>[assinatura]</i>



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO
ESTÂNCIA BALNEÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO



LEI
N.º 014/2020

PROC.	_____
FOLHA:	11
ASS.	<i>[Signature]</i>

"Dispõe sobre denominação de praça pública localizada no Bairro de São Francisco."

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Sebastião faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se "PRAÇA ÁUREO REGO", a praça pública, conhecida como "Praça dos Pescadores" localizada no Bairro de São Francisco, neste Município.

Art.2º - A Prefeitura Municipal, através do setor responsável, deverá providenciar o emplantamento da Praça, conforme acima descrito.

Art.3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Sebastião, 09 de julho de 2020.

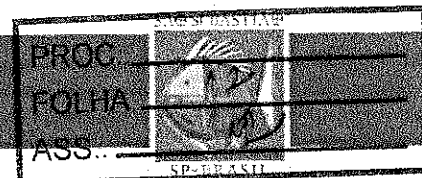
FELIPE AUGUSTO
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO	
PROTOCOLADO Nº	903
DATA	10, 07, 2020
RECEBIDO	10, 07, 2020
SIGNATURA	<i>Silvano</i>



SÃO SEBASTIÃO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO MUNICIPAL



Edição 775 – 13 de Julho de 2020

III - O conselheiro poderá ser substituído antes do término do mandato mediante solicitação fundamentada do Secretário Municipal ou da entidade que o indicou.
IV - Cumpra o conselheiro o exercício de suas atribuições até a designação de seu substituto.
Art. 9º - O CMHRF irá elaborar seu Regimento Interno, que será regulamentado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10 - O CMHRF se reunirá em sessões plenárias ordinárias mensais e em sessões extraordinárias, conforme dispuser o Regimento Interno.
Art. 11 - Todas as sessões do CMHRF serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo único - As pessoas físicas e jurídicas que participarem como convidadas das reuniões deste Conselho têm somente direito à voz.

Art. 12 - Fica criado o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO destinado a propiciar apoio político, técnico e suporte financeiro à implementação de programas de habitação voltados à população de baixa renda.

Parágrafo único - Não poderão ser beneficiários de programas desenvolvidos os que sejam proprietários, promotores, comodatários, cessionários e proeminentes cessionários dos direitos de aquisição ou detentores do regular domínio útil de outro imóvel de uso residencial no Município.

Art. 13 - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Habitação:

- I - Dotações orçamentárias próprias;
- II - Recebimentos das prestações decorrentes de financiamentos de programas habitacionais;
- III - Doações, auxílios e contribuições de terceiros, pessoas físicas, empresas, organismos governamentais e não governamentais;
- IV - Recursos financeiros oriundos dos Governos Federais e Estaduais e de outros órgãos públicos, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
- V - Recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;
- VI - Aporte de capital decorrente da realização de operações de crédito em instituições financeiras oficiais;
- VII - Rendimentos provenientes da aplicação de recursos no mercado de capitais;
- VIII - Produto da arrecadação de taxas tributáveis ou penalizáveis que guardem relação com o desenvolvimento urbano;
- IX - Recursos provenientes da aplicação da outorga onerosa do direito de construir;
- X - Outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas, a exceção de impostos;
- XI - Recursos advindos da venda de todo e qualquer bem que tenha sido destinado à formação do fundo;
- XII - 2,5% (dois e meio por cento) do total de recursos auferidos a título de emolumentos relativos à aprovação de plantas, concessão de habitação, requerimento de cancelamento de autos de multas e requerimentos de carências pertinentes a construções.

Art. 14 - O Fundo Municipal de Habitação será gerido pelo Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária cuja finalidade é a de administrar o saldo financeiro do Fundo Municipal de Habitação, apurado em balanço ao final de cada exercício.

Art. 15 - Compete a este Conselho estabelecer as diretrizes, prioridades e programas de alocação dos recursos do Fundo, em conformidade com a Política Pública de Regularização Fundiária Municipal obedecendo as diretrizes Federais e Estaduais.

Art. 16 - A gestão financeira dos recursos do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO será realizada pela Secretaria da Fazenda, sob a orientação da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Art. 17 - Todos os recursos destinados ao FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO deverão ser contabilizados como receita orçamentária Municipal e, a ele alocados, através de dotações consignadas na Lei Orçamentária ou de créditos adicionais, obedecendo a sua aplicação as normas gerais da legislação incidente.

Art. 18 - O FMH será administrado por um Comitê Gestor, composto por 04 (quatro) membros, de forma paritária, a serem escolhidos pelo pleno do CMHRF, acrescido do presidente, que será obrigatoriamente o Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Parágrafo único. Os membros do Comitê a que se refere o caput deste artigo não receberão qualquer espécie de remuneração ou gratificação.

Art. 19 - Compete ao Comitê Gestor do FMH:

- I - administrar e promover o desenvolvimento e o cumprimento das finalidades do FMH;
- II - receber os adiantamentos das dotações orçamentárias, que forem destinadas ao Fundo;
- III - administrar e fiscalizar a arrecadação da receita e o recolhimento ao Fundo;
- IV - opinar, quanto ao mérito, na aceitação de doação, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza, que tenha destinação especial ou condicional;
- V - examinar e aprovar as prestações de contas do Presidente do Conselho;
- VII - elaborar o seu regimento interno.

Art. 20 - O FMH tem vigência por prazo indeterminado.

Art. 21 - Os recursos do Fundo Municipal de Habitação - FMH, em consonância com as diretrizes

e normas do Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária serão aplicados em:

- I - Construção de moradia;
- II - Produção de lotes urbanizados;
- III - Urbanização de assentamentos irregulares;
- IV - Melhoria de unidades habitacionais;
- V - Construção e reforma de equipamentos comunitários e institucionais, vinculados a projetos habitacionais;
- VI - Regularização fundiária;
- VII - Aquisição de imóveis para locação social;
- VIII - Serviços de assistência técnica e jurídica para implementação de programas habitacionais;
- IX - Serviços de apoio à organização comunitária em programas habitacionais e de saneamento básico;
- X - Complementação de infraestrutura em loteamentos deficientes destes serviços com a finalidade de regulariza-los;
- XI - Revitalização de áreas degradadas para uso habitacional;
- XII - Ações em habitações coletivas de aluguel;
- XIII - Projetos experimentais de aprimoramento de tecnologia na área habitacional, bem como seu saneamento;
- XIV - Manutenção dos sistemas de drenagem;
- XV - Quaisquer outras ações de interesse social aprovadas pelo Conselho, vinculadas aos programas de habitação.

Parágrafo único - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento bancário oficial.

Art. 22 - Altera o artigo 22 da Lei nº 2.512, de 01 de novembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 - O órgão gestor dos recursos do FMREURB estará afeto ao órgão da Administração Pública responsável pela formulação, execução e fomento da política de regularização fundiária do Município, em conjunto com o Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária."

Art. 23 - Altera o artigo 23 da Lei nº 2.512, de 01 de novembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 - Os recursos destinados ao FMREURB serão depositados em conta específica para tal finalidade, em estabelecimento oficial de crédito, e serão movimentados sob a deliberação do Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária."

Art. 24 - Altera o artigo 25 da Lei nº 2.512, de 01 de novembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 - Compete ao Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária conjuntamente com a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, fixar as diretrizes na aplicação das receitas oriundas do FMREURB, as quais somente poderão ser destinadas ao pagamento de serviços, equipamentos, e eventualmente às obras integrantes dos projetos de regularização fundiária sustentável e de interesse social do Município de São Sebastião."

Art. 25 - Altera o artigo 26 da Lei nº 2.512, de 01 de novembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 - A gestão contábil dos recursos será realizada pela Secretaria da Fazenda, sendo que a prestação de contas será submetida à aprovação deste Conselho Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, em conformidade com as regras estabelecidas pelo TCE - Tribunal de Contas do Estado."

Art. 26 - Altera o inciso "V" do artigo 4º da Lei nº 2.662 de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"V - Secretaria de Urbanismo. (NR)";

Art. 27 - Deve ser elaborado o Regimento Interno do CMHRF no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do decreto de nomeação dos representantes do Conselho pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 28 - A Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária irá prestar o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMHRF.

Art. 29 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 30 - Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 31 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 1842/2007 e 2400/2016 e alterando os Artigos 22, 23, 25 e 26 da Lei nº 2512/2017 e Artigo 4º da Lei nº 2682/2019.

São Sebastião, 09 de julho de 2020.

FELIPE AUGUSTO

Prefeito

LEI Nº 2714 /2020

"Dispõe sobre a denominação de praça pública localizada no Bairro de São Francisco."

O PREFEITO MUNICIPAL de São Sebastião faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se "PRAÇA ÁUREO REGO", a praça pública, conhecida como "Praça dos Pescadores" localizada no Bairro São Francisco, neste Município.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal, através do setor responsável, deverá providenciar o emplantamento da Praça, conforme acima descrito.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Sebastião, 07 de julho de 2020.

FELIPE AUGUSTO

Prefeito

EDITAL DE INSTAURAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB-E

FELIPE AUGUSTO, prefeito municipal de São Sebastião, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Federal nº 13.465/2017 e Leis Municipais nº 2.511/2017 e nº 2.512/2017, FAZ SABER QUE O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO, CNPJ nº 46.482.832/0001-92, com sede na Rua Sebastião Silvestre Neves, nº 214, Centro, São Sebastião, autou o Processo Administrativo nº 14.744/2019 e instaurou procedimento de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, com vistas à regularização fundiária e à titulação dos ocupantes dos imóveis inseridos no núcleo urbano informal consolidado anteriormente à edição da Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016, convertida na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, denominado NÚCLEO PAÚBA INOMINADA, QUADRA 2, com a seguinte descrição: confrontando com a Rua do Campo Pauba, no Bairro Pauba, neste município, com início no ponto 01, de coordenadas UTM DATUM SIRGAS 2000 E 444.125,7254m e N 7.367.811,0622m, deste segue com azimute 62°06'09" e distância de 14,77m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 02, de coordenadas E 444.138,7821m e N 7.367.817,9746m, deste segue com azimute 53°28'32" e distância de 29,31m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 03, de coordenadas E 444.165,0056m e N 7.367.831,0633m, deste segue com desenvolvimento de 13,75m com raio R=88,60m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 04, de coordenadas E 444.180,3618m e N 7.367.840,7577m, deste segue com desenvolvimento 12,96m com raio R=277,33m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 05, de coordenadas E 444.190,3332m e N 7.367.849,0369m, deste segue com desenvolvimento 13,68m com raio R=187,56m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 06, de coordenadas E 444.200,7361m e N 7.367.857,9122m, deste segue com azimute 320°03'30" e distância de 0,78m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 07, de coordenadas E 444.200,2353m e N 7.367.858,5102m, deste segue com azimute 44°03'35" e distância de 4,17m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 08, de coordenadas E 444.203,1352m e N 7.367.861,5068m, deste segue com azimute 46°05'44" e distância de 15,24m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 09 de coordenadas E 444.214,1191m e N 7.367.872,0785m, deste segue com azimute 50°00'39" e distância de 10,49m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 10 de coordenadas E 444.222,1273m e N 7.367.878,7957m, deste segue com azimute 47°24'36" e distância de 3,23m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 11 de coordenadas E 444.224,5019m e N 7.367.880,9784m, deste segue com azimute 51°54'29" e distância de 18,48m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 12 de coordenadas E 444.239,0491m e N 7.367.892,3816m, deste segue com azimute 53°09'15" e distância de 20,57m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 13 de coordenadas E 444.255,5128m e N 7.367.904,7185m, deste segue com azimute 52°19'44" e distância de 16,15m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 14 de coordenadas E 444.268,2938m e N 7.367.914,5865m, deste segue com desenvolvimento 40,94m com raio R=173,29m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 15 de coordenadas E 444.303,5006m e N 7.367.935,2949m, deste segue com azimute 73°36'12" e distância de 14,11m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 16 de coordenadas E 444.317,0322m e N 7.367.939,2767m, deste segue com azimute 75°59'27" e distância de 11,89m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 17 de coordenadas E 444.328,5691m e N 7.367.942,1551m, deste segue com azimute 77°26'37" e distância de 11,19m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 18 de coordenadas E 444.339,4911m e N 7.367.944,5878m, deste segue com azimute 81°00'29" e distância de 4,98m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 19 de coordenadas E 444.344,4058m e N 7.367.945,3655m, deste segue com azimute 84°08'25" e distância de 16,25m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 20 de coordenadas E 444.360,5728m e N 7.367.947,0247m, deste segue com desenvolvimento 10,99m com raio R=47,79m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 21 de coordenadas E 444.371,5343m e N 7.367.946,9285m, deste segue com azimute 102°42'15" e distância de 5,61m confrontando com a Rua Maria Moreira do Espírito Santo até o ponto 22 de coordenadas E 444.377,0096m e N 7.367.945,6936m, deste segue com azimute 223°35'50" e distância de 10,51m confrontando com a Rua dos Jacarandás até o ponto 23 de coordenadas E 444.368,7562m e N 7.367.938,0760m, deste segue com azimute 228°17'04" e distância de 60,36m confrontando com a Rua dos Jacarandás até o ponto 24 de coordenadas E 444.324,6993m e N 7.367.897,9100m, deste segue com azimute 228°18'30" e distância de 54,83m confrontando com a Rua dos Jacarandás até o ponto 25 de coordenadas E 444.283,7568m e N 7.367.861,4441m, deste segue com azimute 227°49'39" e distância de 48,97m confrontando com a Rua dos Jacarandás até o ponto 26 de coordenadas E 444.247,4859m e N 7.367.828,5678m, deste segue com azimute 227°54'46" e distância de 10,00m confrontando com a Rua dos Jacarandás até o ponto 27 de coordenadas E 444.240,0426m e N 7.367.821,8633m, deste segue com

Ano 04 - Prefeitura de São Sebastião/SP - Versão Online

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico Municipal de São Sebastião é produzido pela Secretaria de Governo, Departamento de Comunicação



PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO

Volante de Lei, Lei Complementar e Decreto, publicado em 13/07/2020

Luciana Evangelista de Jesus - MTB: 0085852/SP

www.saosebastiao.sp.gov.br